

Apresentação

O presente número da Revista CPC traz um conjunto expressivo de contribuições relativas à preservação de bens culturais, abordando temáticas diversificadas, em níveis de abrangência diversos. Entre as contribuições de caráter mais geral, temos o artigo de Gabriela Lee Alardin, que nos proporciona um panorama da preservação do patrimônio cultural mexicano, no qual avulta a impressionante herança pré-hispânica. Ao informar os leitores sobre a trajetória das iniciativas preservacionistas em um país latino-americano, o trabalho dá continuidade, em certo sentido, ao artigo de Fernández e Cohen sobre o caso colombiano, publicado no número anterior da revista CPC.

Também de caráter geral é a contribuição de Rodrigo Vieira Costa, que, apoiado em extensa bibliografia, busca uma conceituação de cultura juridicamente adequada, a partir das normas contidas na Constituição de 1988. Para tanto, remete-nos aos princípios de pluralismo, participação popular, atuação logística do estado, respeito à memória coletiva, universalidade e cooperação, elencados no texto constitucional, enfatizando o papel do Município como *locus* prioritário na solidificação da cidadania cultural.

O papel-chave do município na preservação de seu patrimônio cultural é também ressaltado por Rebecca Medina, porém do ponto de vista do planejador urbano, e a partir de um caso específico: a regulamentação da área envoltória do conjunto jesuítico de Alta Gracia, na província de Córdoba, Argentina – bem cultural inscrito na Lista do Patrimônio Universal.

Já o artigo de Rita de Cássia Francisco nos apresenta uma inédita - e muito bem vinda - experiência de parceria entre uma universidade pública e uma instância municipal de preservação do patrimônio, visando à realização do inventário do patrimônio cultural da área central da cidade de Campinas. A par de expor as premissas metodológicas adotadas, o artigo nos brinda também com um histórico das iniciativas preservacionistas na cidade, além de oferecer uma reflexão sobre as dificuldades políticas que ainda preponderam sobre os aspectos técnicos da questão.

Neste mesmo âmbito da escala de valores patrimoniais – isto é, refletindo sobre aqueles valores de enraizamento eminentemente local -, Pedro Murilo Gonçalves de Freitas nos oferece um estudo sensível e competente da formação histórica da cidade de Ribeirão Pires, buscando uma metodologia de leitura e intervenção nas cidades contemporâneas a partir de valores históricos e culturais.

O artigo de Américo Villela destaca um importante aspecto da memória urbana, nem sempre contemplado pelas iniciativas preservacionistas: a mudança abrupta de denominação a que estão sujeitas as ruas, em função de eventos históricos ou conveniências políticas paroquiais de legisladores. É surpreendente constatar a resistência, por parte de personagens das elites campineiras em plenos primeiros anos da República, a esta prática, hoje tão usual. Raríssimas são as cidades – como São Luís do Maranhão, por exemplo - cujas ruas mantêm seus nomes originais; em São Paulo, temos ainda a Rua Direita, a Rua de São Bento, ou Rua da Consolação, mas perderam-se denominações tão poéticas como: Rua da Esperança, Rua do Jogo das Bolas (depois da Princesa, atual Benjamim Constant), Rua das Flores (atual Silveira Martins)...

Na seção Coleções e Acervos, temos o relato da trajetória do NUMMUS – Núcleo de Memória da Museologia -, que tem por objetivo o resgate de materiais e documentos relacionados à formação da profissão. Faz-se assim uma rápida história da museologia no Brasil, que remonta à criação, em 1932, do Curso de Museus no âmbito do Museu Histórico Nacional – que também abrigou a Inspeção dos Monumentos Históricos, primeiro e único órgão brasileiro de preservação do patrimônio, de 1934 até a criação do SPHAN, em 1936 -, evidenciando a proeminência da instituição nos primeiros anos do governo Vargas. É oportuno que o relato sobre tal iniciativa – que muito virá a facilitar pesquisas futuras, contribuindo para o debate sobre a formação em Museologia no Brasil – venha a público no mês de maio, quando ocorre o dia internacional dos museus.

Igualmente oportuna é a publicação, no mesmo número da Revista CPC, da resenha elaborada com precisão por Emerson Dionísio Gomes de Oliveira sobre o livro de Myrian Sepúlveda dos Santos, *A escrita do passado em museus históricos*. Ao comparar duas instituições museais privilegiadas por Vargas - o Museu Histórico

Nacional e o Museu Imperial -, o livro vem acrescentar novos elementos à discussão referida acima, e as duas contribuições se enriquecem mutuamente, assim como o leitor de nossa revista.

Neste número, não contamos com contribuições para a seção Conservação de Bens Culturais. Entretanto, o assunto está bastante presente na seção de Notícias, onde se encontra uma memória do Ciclo de Reuniões Técnicas promovido pelo CPC-USP entre novembro de 2006 e junho de 2007, visando aproximar agentes diversos da preservação cultural, através da divulgação dos trabalhos de pesquisa aplicada desenvolvidos no âmbito da universidade. O conteúdo resumido de tais reuniões será disponibilizado aos leitores em blocos temáticos, sendo que, no presente número, estão sendo publicados os trabalhos voltados a pesquisas arqueométricas, enquanto o material relativo à preservação do patrimônio edificado será publicado no próximo número da Revista CPC.

Maria Lucia Bressan Pinheiro